



Caminho Pomerano: O turismo rural baseado no patrimônio cultural e a pluriatividade¹

Nara Nilcéia da Silva Santos²

Guilherme Peglow Klumb³

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Resumo

O presente estudo aborda o turismo rural como uma das pluriatividades que contribuem para a viabilização da permanência das famílias no espaço rural brasileiro. Este trabalho apresenta um estudo de caso do Caminho Pomerano, roteiro de turismo rural lançado no ano de 2006 e localizado no município de São Lourenço do Sul, Brasil. Neste estudo busca-se avaliar a contribuição do turismo rural para o aumento da renda destas famílias com a realização desta atividade que surge como alternativa às mudanças ocasionadas nos sistemas de produção agrícola. Como resultado extraído a partir desta análise concluiu-se que as atividades praticadas pela família já são, predominantemente, alheias à agricultura. Porém, o turismo é uma atividade recente que ainda gera mais expectativas de crescimento do que resultados econômicos efetivos.

Palavras-Chave

Turismo Rural; Pluriatividade; Patrimônio Cultural; Atividades Não-Agrícolas.

Introdução

O meio rural brasileiro busca alternativas após uma sucessão de mudanças que influenciaram para que a atividade agrícola perca espaço e passe a não se constituir mais como a única opção para a tentativa de manutenção das famílias no campo.

Desse modo, para que a renda da pequena propriedade rural seja satisfatória é importante a realização de pluriatividades que juntas permitirão a obtenção de lucros suficientes para o bem-estar de toda a família. Estas atividades podem ser externas à propriedade ou ocorrerem no próprio estabelecimento, sendo o turismo rural uma das possibilidades de desenvolvimento local.

O fenômeno turístico que inicialmente contemplava apenas uma pequena camada da sociedade, hoje se difunde de modo intenso e pode auxiliar as famílias rurais na obtenção de renda, motivo concreto para a sua permanência no meio rural. Para isto é

¹ Trabalho apresentado ao GT “Turismo e Patrimônio Cultural” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

² Professora Assistente do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: nrsantos@terra.com.br.

³ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com produções técnicas na área de Turismo Rural. E-mail: peglow@gmail.com.



preciso que esta atividade seja organizada com a participação dos interessados, e pensada sob os fundamentos da sustentabilidade para que os benefícios não se restrinjam à esfera econômica.

Enquanto as políticas adotadas nas últimas décadas contribuíram para a marginalização do agricultor familiar e do pequeno proprietário de terra no Brasil, o turismo rural procura modificar esta situação, trazendo mais uma possibilidade para o pequeno proprietário de terra conseguir o seu sustento e da mesma forma permitir que os marcos da vida rural sejam resguardados.

Por estas virtudes as políticas públicas passaram a incorporar nas últimas décadas o turismo rural como uma atividade capaz de promover o reerguimento de propriedades atingidas pelo processo excludente da industrialização. Neste caso é preciso que haja um planejamento sustentável e consciente da atividade turística no meio rural, de forma que esta não se converta na única ‘solução da lavoura’, e sim como uma das pluriatividades exercidas pelos integrantes da família.

Portanto, procurar-se-á analisar neste estudo qual a importância que o turismo vem exercendo, no contexto da pluriatividade, sobre as propriedades rurais integrantes do roteiro Caminho Pomerano, no município de São Lourenço do Sul. Este é o desafio para o turismo rural neste território, já que os pomeranos de São Lourenço do Sul são igualmente atingidos pelo processo que tem modificado a lógica da agricultura no país.

Turismo Rural e Pluriatividade

O turismo passou a ser definido e estudado com maior afinco no início do século XX, e hoje se destaca pela importância econômica, social e ambiental que exerce sobre os indivíduos envolvidos na prática da atividade turística. Ruschmann (1997, p. 13) afirma que “até recentemente, a participação no turismo estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar suas viagens”. Boyer (2003) aponta que essa realidade teria se alterado somente a partir de 1936, já que a partir de então as demais classes sociais trabalhadoras conquistaram direito a férias remuneradas, bem como os deslocamentos foram facilitados pela evolução dos meios de transporte.

Serrano, Bruhns e Luchiari (2000) destacam que o deslocamento turístico e suas implicações em múltiplos campos (social, espacial, ambiental, cultural, econômico) tornou-se objeto de estudo sistemático apenas quando de sua transformação em



elemento de consumo de massa. Nesse sentido, a definição de turismo mais próxima deste contexto parece ser a de Jafari (apud BENI, 1998, p. 38) ao afirmar que turismo:

É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.

Esta é apenas a definição utilizada neste estudo, porém, inúmeras outras significações são estabelecidas ao termo. Ignarra (2001) ressalta que é evidente, pela quantidade e distinção das definições, que o turismo trata-se de um fenômeno complexo.

São remotos os antecedentes do turismo conforme apontam diversos estudos (Barretto, 1995; Ignarra, 2001; Rejowski, 2002), porém a partir do Século XIX a atividade turística passa a se desenvolver de forma mais organizada, representando o início do turismo moderno.

O turismo rural passa a despertar o interesse da sociedade a partir da Revolução Industrial, pois as mudanças sucedidas neste período contribuíram para a queda na qualidade de vida nos núcleos urbano-industriais, e a contemplação à natureza passa a se destacar não mais como algo selvagem e sim como um local de descanso (Barretto, 1995).

[...]o turismo rural não é um fenômeno novo. O interesse crescente pelas atividades recreativas no meio rural já se manifestava no século XIX, na Europa, como uma reação ao estresse e às atribulações decorrentes das cidades industriais. (Ruschmann, 2000, p. 63)

Mesmo que o deslocamento para o meio rural não seja um fato recente, como evidenciado no exemplo europeu comentado por Ruschmann (2000), no Brasil ele só foi tomado como estratégia para o desenvolvimento local a partir da segunda metade do século XX, tendo como exemplo pioneiro o projeto de Lages, no estado de Santa Catarina, em 1984 (Pedron, Lunardi e Almeida, 2006).

Apesar do conflito terminológico existente nas definições da atividade turística no espaço rural (Almeida e Souza, 2006), neste estudo opta-se pelo uso do termo turismo rural⁴, que segundo Talavera (2002), baseia-se em uma aplicação combinada de

⁴ Ainda, segundo Beni (2002), o turismo rural é uma designação dada ao deslocamento de indivíduos para espaços localizados no meio rural, com roteiros planejados ou espontâneos, com ou sem pernoite, com o objetivo de desfrutar das paisagens e dos estabelecimentos rurícolas. Já o agroturismo consiste em características gerais semelhantes, porém, se distingue do turismo rural pois permite uma efetiva vivência e participação nas atividades agropecuárias.



natureza, contato humano e cultura, com pretensões de benefício mútuo turista-residente e baixo nível de impactos.

De acordo com Fialho (2000, p. 143), o turismo rural “pode trazer uma nova dinâmica para os agricultores familiares, como para a população que vive no campo de modo geral. Essa revitalização econômica do meio rural deve-se ao potencial que o turismo possui em gerar emprego e renda”. E, na atual conjuntura de transformações no meio rural, todos os Estados têm contribuído para a busca de soluções viáveis que permitam a reprodução e a manutenção do Homem no campo, frente ao intenso crescimento, por vezes caótico, dos grandes centros urbanos (Almeida e Riedl, 2000).

Assim, o turismo e o lazer surgem como atividades que possibilitam formas alternativas e/ou complementares na geração de renda para os habitantes do meio rural (Campanhola e Silva, 2000) e, quando corretamente executada, a atividade turística pode converter-se em uma renda alternativa ou principal ao produtor rural, possibilitando o desenvolvimento local e uma estratégia concreta para evitar o êxodo rural dos mais jovens (Jasper e Rocha, 2006).

Diversos estudos defendem que o turismo rural deve ser entendido como uma atividade complementar, ou seja, no contexto da pluriatividade⁵ no meio rural (Schneider e Fialho, 2000; Moraes, 2007; Schneider, 2006; Silva, Vilarinho e Dale, 2000; Mattei, 2004). Desse modo, o turismo rural torna-se uma viável atividade complementar à produção agrícola, porém não se configura como a *salvação da lavoura*, devendo-se enfatizar que “[...] há a necessidade de administrar as duas atividades, prevenindo a frustração de expectativas que não possam ser alcançadas com o turismo rural” (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 34).

Segundo Anjos (2003, p. 76),

Os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: *diversificar* e *aglutinar*. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirvam para garantir um nível de vida socialmente aceitável. [grifos do autor]

⁵ Derivada do francês “*pluriactivité*”, termo surgido em 1984 (Anjos, 2003) e se refere ao conjunto de atividades desenvolvidas pelos integrantes da família rural, para que a vida no meio rural seja viabilizada. A pluriatividade é, sobretudo, uma alternativa para contribuir na viabilidade da manutenção dos agricultores familiares no campo já que estes viram refletidas as transformações na agricultura de forma direta na sua produção, pois, em grande parte das vezes, se torna irrealizável a adaptação destas propriedades familiares à agricultura mecanizada e intensiva.



Neste contexto, o desempenho de pluriatividades – inserindo-se aí o turismo rural – pode-se obter o desenvolvimento das áreas rurais em regiões consideradas à margem do grande fluxo de capitais, caso das propriedades rurais da região sul do Rio Grande do Sul que serão analisados a seguir.

Metodologia

A presente pesquisa constitui-se de um estudo de caso, que segundo Goldenberg (1997, p. 33) “não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista estruturada. Deste modo, após contato prévio com os proprietários, foram realizadas entrevistas – durante o segundo semestre do ano de 2007 – com as famílias residentes nos sete locais de visitação do Caminho Pomerano, obedecendo-se a listagem de propriedades disponibilizadas pelo *website* da Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce (<http://www.costadoce.com.br>).

Após a aplicação das entrevistas, os dados foram organizados e analisados sem a manutenção dos nomes das propriedades visitadas e dos indivíduos entrevistados, já que algumas famílias expuseram suas opiniões desde que não fossem identificadas no trabalho. Desta forma, as respostas obtidas foram tabuladas e analisadas descritivamente com as propriedades estudadas sendo numeradas de um até sete, conforme o desejo dos entrevistados.

O Caminho Pomerano

O projeto de Turismo Rural Caminho Pomerano⁶ foi criado pelo Governo Municipal de São Lourenço do Sul⁷, no Festival de Turismo de Gramado, no ano de 2006. Além de contemplar o ambiente rural, este roteiro é também cultural e possibilita o benefício das famílias envolvidas com a geração de emprego e renda, além de

⁶Região que atualmente se encontra na fronteira entre a Alemanha e a Polônia. Rölke (1996) esclarece que o território pomerano possuía uma superfície total de 38.409 km², sendo comparativamente menor que o Estado do Espírito Santo e, a cidade de Stettin e o Rio Oder é que separavam a Pomerânia Oriental (ao leste), e a Pomerânia Ocidental (a Oeste) já que após a Guerra, a Pomerânia como um todo desaparece do mapa.

⁷Município brasileiro de 42.321 habitantes (IBGE, apud FAMURS, 2007), pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, localiza-se na margem oeste da laguna dos Patos e insere-se na Microrregião de Pelotas.



proporcionar ao turista mais uma oportunidade de visitar São Lourenço do Sul. Dessa forma a cidade busca se tornar atrativa o ano todo, e não apenas no verão com a oferta de sol e praia⁸. Isso faz com que todos saiam ganhando, enquanto é promovido o entretenimento, o lazer e a cultura para os visitantes há o surgimento de mais uma possibilidade de renda para as famílias envolvidas no Caminho Pomerano. Da mesma forma, os prestadores de serviços turísticos (agências, restaurantes, hotéis) da cidade acabam igualmente beneficiados (São Lourenço do Sul, 2007).

No roteiro de turismo rural Caminho Pomerano, em São Lourenço do Sul, é possível ter contato com a acentuada herança cultural deixada pelos povos vindos da Pomerânia (Costa Doce, s.d.) e quatro segmentos principais são apresentados no roteiro: o artesanato, a gastronomia, a agroecologia⁹ (produção orgânica de alimentos) e as agroindústrias de beneficiamento de derivados do leite e frutíferas.

Ao longo dos sete locais de visitação do Caminho Pomerano p de-se verificar que em quatro casos já há uma predominância das atividades não-agrícolas em rela o às atividades agrícolas. Na verdade, essa disparidade é dada por uma diferença muito pequena, mas já mostra como as atividades extra-agrícolas têm penetrado no meio rural como importante fonte de renda, a ponto de serem mais relevantes que a própria lucratividade proveniente da produ o agrícola. Segundo Brasil (2005), uma das principais constata es, quando se investiga a nova realidade do espaço rural brasileiro, é a ascensão das atividades não-agrícolas da popula o economicamente ativa residente em habita es rurais.

Nota-se que as propriedades que mais dependem das atividades agrícolas são também as que possuem indivíduos com menor nível de escolaridade, ao passo que as propriedades que contam com integrantes com um grau de escolaridade mais elevado estão mais propensas a buscar alternativas além das atividades agrícolas.

Segundo Salamoni et. al. (1995, p. 35) “os filhos v o à escola, mas também trabalham na roça desde muito jovens”, e Donoso (2005) corrobora esta idéia afirmando que o tema da adolescência rural tem sido muito discutido por *experts* na área, chegando

*O turismo em São Lourenço do Sul esteve, até a década de 1990, ligado ao atrativo de sol e praias. Então,   tardio o aproveitamento dos demais potenciais no município e, o meio rural passa a constituir-se em produto turístico no ano de 1998, quando uma propriedade do interior lourenciano começa a explorar as belezas naturais de sua propriedade aliadas à oferta de café tipicamente colonial ao turista.

É A agroecologia se define como uma abordagem que procura utilizar os bens e serviços da natureza da melhor forma possível como insumos funcionais. Ela favorece os processos regenerativos (como reciclagem de nutrientes, fixa o de nitrogênio, inimigos naturais de pragas etc.) nos sistemas produtivos agrícolas, minimizando o uso de insumos que ameacem o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores. (WEID, 2001, p. 60-61).



muitos deles a concluir que em geral os jovens rurais não têm acesso ao conhecido período de moratória que caracteriza a juventude, já que desde cedo devem ingressar no trabalho.

Nas três propriedades que tem na produção agrícola sua principal atividade, nota-se a plantação baseada na agroecologia em dois casos. E, lembra-se que a inserção na agroecologia é um desafio a mais para o colono que se vê incessantemente sob pressão para aderir ao processo hegemônico de produção. Este trabalho exige um acompanhamento técnico constante, para que um projeto todo não seja frustrado prematuramente.

Em ambas as propriedades baseadas na agroecologia, este trabalho de assistência técnica é desempenhado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, núcleo sul, com sede em Pelotas. Ao longo de sua história o CAPA obteve o reconhecimento por seu trabalho com a agricultura familiar, baseando-se na agroecologia e tendo a capacidade de transpor as barreiras étnicas existentes na região. Através de projetos reconhecidos nacionalmente¹⁰, foi capaz de contribuir para o etnodesenvolvimento¹¹ de comunidades pomeranas, alemãs, indígenas e quilombolas na metade sul do Rio Grande do Sul.

Com relação ao tipo de atividade não-agrícola que é mais relevante para a formação da renda familiar mensal os integrantes do Caminho Pomerano enfatizam que o turismo, por enquanto, exige investimentos que visam um retorno financeiro gerado pelo aumento gradual do fluxo turístico nas propriedades integrantes do Roteiro.

A constatação de que a atividade turística ainda é recente para a maioria destas propriedades, e por isso pouco representativa na composição da renda familiar está ligada com a constatação de Borg (2001, p. 179) que afirma: “De maneira geral, o primeiro estágio do turismo dificilmente é rentável: custos com investimentos são descomunais, e os benefícios, escassos”.

Estes fatos mostram que o turismo rural de maneira isolada, como única atividade, ainda não é capaz de gerar o sustento de nenhuma das famílias integrantes do Roteiro. Pelo contrário, hoje ele é pensado ainda como investimento – “o turismo está só começando”, como afirma um dos integrantes do Roteiro. E, o Caminho Pomerano é

☆A instituição foi vencedora do Prêmio CAIXA de Melhores Práticas em Gestão Local 2005/2006, pelo Projeto “Rede de Cooperação e Comercialização Solidária”, que teve como principais beneficiados os agricultores familiares da Microrregião de Pelotas e a comunidade carente do município de Pelotas/RS.

☆☆Este termo foi adotado pelo CAPA, na ocasião do Seminário Temático do Consórcio CAPA 2004, realizado em São Lourenço do Sul/RS.



exemplo de que a atividade turística não pode inibir outras possibilidades de rendimentos. Numa das propriedades analisadas, o turismo rural é praticado desde 1998, data muito inferior à de criação deste novo roteiro de turismo rural. Mesmo assim, na propriedade o turismo é pensado no contexto da pluriatividade e desta forma os negócios prosperam com a administração de uma empresa de transporte coletivo e, paralelamente, com o turismo rural sendo desenvolvido na propriedade.

A constatação anterior de que a maioria dos estabelecimentos tem como principal atividade, aquelas alheias à produção agrícola, é explicitada quando a análise volta-se para a formação percentual da renda de cada propriedade que faz parte do Caminho Pomerano. De acordo com a Tabela 1 as atividades agrícolas são geradoras de lucro apenas em quatro propriedades, e mesmo assim, sem muita preponderância em algumas destas. As rendas não-agrícolas predominam, e há também a participação das aposentadorias e pensões nos números finais.

Tabela 1 - Composição Percentual da renda familiar mensal das propriedades integrantes do roteiro Caminho Pomerano.

Propriedade	Renda Agrícola	Renda Não-Agrícola	Aposentadoria, Pensão, etc.	Total
<i>Propriedade 1</i>	-	100%	-	100%
<i>Propriedade 2</i>	-	100%	-	100%
<i>Propriedade 3</i>	-	100%	-	100%
<i>Propriedade 4</i>	75%	5%	20%	100%
<i>Propriedade 5</i>	70%	30%	-	100%
<i>Propriedade 6</i>	10%	70%	20%	100%
<i>Propriedade 7</i>	40%	-	60%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2007)

Relatos anteriores já davam conta de que duas das sete propriedades não estavam de fato inseridas no Roteiro convencional de visitação do Caminho Pomerano. A partir da análise da representatividade mensal das atividades não-agrícolas que pode ser ratificada esta situação. Observa-se na tabela 1 que a propriedade '6', possui 70% de renda não-agrícola, porém estes valores provêm da fabricação agroindustrial de leite e derivados deste produto. Segundo a proprietária, ainda não foi recebido nenhum turista na propriedade. Já na propriedade '7' as rendas não-agrícolas são esporádicas e por esse motivo ignoradas, o que faz com que os lucros venham apenas de pensões, aposentadoria e agroindustrialização dos produtos cultivados na própria unidade agrícola.



As atividades não-agrícolas desempenhadas pelos indivíduos destas famílias inseridas no Roteiro são diversas. A renda pode vir através de empresas formadas pelos proprietários, empregos externos na zona rural e urbana e até mesmo de atividades praticadas dentro do próprio estabelecimento. A comercialização da produção agrícola também se dá no meio urbano, na Feira Livre dos Agricultores, sendo que duas famílias integrantes do Caminho Pomerano, se beneficiam também desta forma de comercialização direta para escoar a sua produção.

A inserção de uma nova atividade na rotina das famílias estudadas gerou algumas expectativas. Um integrante de uma das propriedades investigadas afirma enxergar no turismo a possibilidade de “uma rendinha a parte”, mas ,no entanto, esta atividade de forma isolada não irá se manter. Nesse sentido de visualizar o turismo rural como um complemento da renda, nota-se ainda uma certa indecisão em uma das propriedades estudadas, os mais jovens mudam constantemente a sua posição com relação a nova atividade que começa a ser desenvolvida. Segundo o proprietário de um dos locais de visitação todos gostam do turismo, quando o retorno financeiro é bom. Como o Caminho Pomerano ainda é um projeto que está em sua fase inicial, a dúvida ainda paira na mente dos jovens que por momentos vêm o turismo como algo positivo e em outros momentos são contrários a continuidade deste.

Já as vantagens notadas a partir da implementação do Caminho Pomerano são avaliadas de forma distinta pelas famílias dos locais de visitação. Porém, de forma quase unânime, estas concordam que o principal benefício trazido a partir da inserção desta nova atividade na rotina familiar é o aumento da renda. No entendimento destes indivíduos, o projeto em estudo possibilita também uma oportunidade para os integrantes mais jovens das famílias valorizarem tanto a cultura pomerana como o meio rural. Por imaginarem este espaço como algo ultrapassado e sem solução para voltar a desenvolver-se, muitos jovens acabam encarando o lugar onde vivem como algo inferior e ultrapassado em comparação à urbe. O turismo rural nesse sentido dá uma sobrevida ao meio rural como um todo e faz com que o jovem visualize com um olhar mais positivo a cultura e os costumes de seus antepassados.

Outros aspectos citados são a afirmação e a preservação da cultura pomerana através do Roteiro, a visualização de mais uma oportunidade de bem-estar no futuro, e a valorização de todos os integrantes da família. Ou seja, com a atividade turística sendo



desenvolvida na propriedade todos os integrantes passam a ter o seu valor na construção do produto turístico oferecido pelo estabelecimento.

Quanto aos motivos que levaram às famílias a aderir ao roteiro, o convite feito pela Prefeitura Municipal no início do projeto foi fundamental para três das sete propriedades estudadas. Este apelo somou-se a outros fatores que contribuíram para o envolvimento das famílias no Caminho. Para os integrantes de uma das propriedades investigadas o convite foi tão relevante quanto a vontade de integrar a propriedade em um roteiro completo, já que a atividade turística é desenvolvida no local há nove anos mas sempre de forma independente, sem a inserção em um plano maior. Outra família cita a possibilidade de obter mais uma renda para a propriedade, aliada ao interesse do poder público pela participação da família.

A aquisição de renda é exatamente o que a família de um dos locais de visitação do Caminho Pomerano objetivava, após encontrarem-se desempregados e desafiados a buscar novas alternativas para o sustento do casal e dos filhos. Depois de residir por alguns anos em Porto Alegre, a família regressou a São Lourenço do Sul e começou a se dedicar ao artesanato. Segundo o relato do chefe da família, o turismo foi apenas uma consequência do trabalho. Outro motivo para aderir ao roteiro refere-se ao potencial que a cidade possui para o turismo, aspecto de fundamental importância para a implementação da atividade. E, enfatiza: “ainda acredito que o município possa prosperar mais. Não se aproveita 10% do que tem aqui!”

Segundo o relato de outra família, tudo faz parte de um processo que começou com a criação da Associação Caminho Pomerano e, que com isso a família se dispôs a participar deste novo projeto no município.

Portanto, notam-se mudanças positivas para estas famílias desde o início do projeto de turismo rural no município. Houve o estímulo à preservação de artigos guardados em porões em estado de deterioração, além da alegria de poder receber pessoas com diferentes histórias de vida no estabelecimento familiar. Percebe-se que o Caminho Pomerano ainda se encontra em fase de consolidação e as visitas ainda não se dão de uma forma extremamente intensa, mas, ao mesmo tempo em que é notada essa preocupação em resgatar antigos instrumentos utilizados pelos pomeranos, há uma grande esperança de que o Roteiro melhore cada vez mais e as famílias possam ter o retorno esperado.



É destacável que um aspecto importante para a construção de um projeto turístico satisfatório a todos os envolvidos é a participação no momento de formatação e planejamento deste produto. Neste ponto, verificou-se que todos os estabelecimentos que recebem visitação participaram, representados por pelo menos um dos integrantes da família, do processo prévio ao lançamento oficial do roteiro. Segundo os entrevistados foram realizadas inúmeras reuniões para a discussão de quais os rumos que iriam ser tomados e de que maneira os objetivos do projeto seriam alcançados. A partir desta constatação é perceptível a articulação dos envolvidos no projeto desde o convite da prefeitura para que estas famílias criassem uma associação e se organizassem com o intuito de alavancar o Caminho Pomerano, a ponto de consolidá-lo como um produto gerador de renda e que guarda as especificidades da cultura pomerana.

Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa não consistem em uma conclusão sobre o Caminho Pomerano, são sim considerações iniciais de um roteiro turístico ainda recente. Procurou-se analisar este Roteiro sob vários aspectos, sendo a importância do turismo rural frente às várias atividades desenvolvidas pelas famílias o objetivo central da pesquisa.

Comprova-se a necessidade da busca por alternativas que viabilizem a permanência da população no meio rural e, o turismo rural como atividade alternativa pode contribuir para o desenvolvimento das famílias de origem pomerana fixadas no meio rural lourenciano.

A partir da pesquisa de campo evidencia-se que nos locais de visitação do Caminho Pomerano a atividade não-agrícola já se constitui na principal atividade desenvolvida na maioria destes estabelecimentos. Por sua vez, onde a atividade agrícola ainda se mostra presente a alternativa encontrada foi a agroecologia que permitiu ao agricultor uma melhor qualidade de vida por extinguir da rotina diária os insumos químicos que eram responsáveis por afetar a saúde da família e do solo.

O estudo ainda mostrou que as propriedades de fato compõe a renda através de pluriatividades, destacando-se aí empregos na zona urbana, administração de empreendimentos localizados na zona rural mas com atuação também na cidade e a



tradicional produção agrícola. Neste ponto não se deve também desprezar a contribuição que pensões e aposentadorias exercem na renda mensal das famílias.

A atividade turística mostrou-se presente nestas propriedades, porém, ainda como uma ação nova que hoje incide em investimentos por parte das famílias que até pouco tempo não estavam habituadas com o fluxo turístico. Apesar de o Caminho Pomerano estar recém em seu princípio, fato que é admitido nos estabelecimentos entrevistados, nota-se uma crença de que esta atividade, futuramente, irá gerar um bom retorno aos envolvidos.

Também, conclui-se que a atividade turística no meio rural em São Lourenço do Sul é anterior ao Caminho Pomerano, sendo que desde 1998 umas das propriedades, agora inserida no Roteiro, recebe turistas no estabelecimento familiar. O convite inicial da prefeitura e a criação da Associação Caminho Pomerano viabilizaram a formação do roteiro nos moldes atuais, onde nota-se que os proprietários aderiram ao projeto motivados pela falta de emprego, pela necessidade de incrementar a renda familiar, pelo interesse de desenvolver a atividade turística no estabelecimento e pela possibilidade de explorar uma cultura presente no município, ganhando compensações financeiras com este fato.

A pesquisa ratifica que todas as famílias participaram de inúmeras reuniões e encontros prévios ao lançamento do Caminho Pomerano. A participação de todos os envolvidos no projeto é de suma importância para o sucesso do Caminho, portanto é importante chegar a este resultado que significa a preocupação de que a opinião dos integrantes do Roteiro estão sendo levadas em consideração.

Em suma, o turismo é uma atividade recente na rotina da maioria das famílias entrevistadas, não sendo possível ainda precisar qual a relevância da atividade na composição da renda das famílias residentes nos locais de visitação do Caminho Pomerano. Contudo, a ascensão das atividades não-agrícolas no meio rural lourenciano contribui para o aumento das expectativas destes indivíduos, que apostam num crescimento gradual da atividade, a ponto de constituir-se no futuro em mais uma oportunidade de permanência no meio rural.

Referências



ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru/SP: EDUSC, 2000. (coleção Turis).

ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. (orgs.) *Turismo Rural: Patrimônio, Cultura e Legislação*. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006.

ANJOS, F. S. dos. *Agricultura Familiar, Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Turismo)

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (orgs.). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 31-34.

BORG, J. V. der. Gestão do Turismo em Veneza ou como lidar com o sucesso. In: TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. *Gestão do Turismo Municipal*. (tradução Gleice R. Guerra). São Paulo: Futura, 2001. p. 173-188

BOYER, M. *História do turismo de massa*. (trad. Viviane Ribeiro) Bauru: EDUSC, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar*. Brasília, Brasil, 2005.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O Agroturismo como nova fonte de renda para o Pequeno Agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru/SP: EDUSC, 2000. (coleção Turis)

COSTA DOCE. *Website da Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce*. Disponível em: <<http://www.costadoce.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2007.

DONOSO S. Z. Aproximación a las mujeres jóvenes campesinas. In: BRUMER, Anita; PIÑERO, Diego (orgs.). *Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FAMURS, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. *Divulgação oficial do IBGE sobre a contagem populacional*. 2007. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

FIALHO, M. A. V. *Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS*. Porto Alegre, UFRGS, 2000. (Tese de Mestrado em Economia Rural).



GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

JASPER, J. R.; ROCHA, J. M. O Turismo no espaço rural: Potencialidades e desafios para a pequena propriedade rural no Vale do Taquari/RS. In: *Anais do V Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p. 84-92

MATTEI, L. *Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas*. In: NEAD, 2004. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=20>> Acesso em: 02 out. 2007.

MORAES, C. S. *Turismo Rural, renda e bem-estar: estudo em Salvador do Sul, RS*. Santa Maria: Ed. FACOS, 2007. (Série Dissertações em Turismo Rural).

PEDRON, F. A.; LUNARDI R.; ALMEIDA, J. A. Orientações do Planejamento no Turismo Rural: Um estudo a partir do SEBRAE em sua atuação em Jaguari/RS. In: *Anais do V Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p. 368-378

REJOWSKI, M. (org.) *Turismo no Percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

RÖLKE, H. R. *Descobrimos Raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

RUSCHMANN, D. van de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

RUSCHMANN, D. van de M. O Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio et. al. (Orgs.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-73.

SALAMONI, G. et. al. *Valores Culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Edufpel, 1995.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. *Caminho Pomerano: colônia e cidade com turismo o ano todo*. In: VIVA SÃO LOURENÇO DO SUL. Ano 2, Nº. 2. São Lourenço do Sul, 2007. p. 16.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: Brasil. Ministério do Turismo. *Turismo Social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. P. 264-288



SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru/SP: EDUSC, 2000. (coleção Turis)

SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (orgs.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SILVA, J G. da; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio et. al. (Orgs.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 15-62

TALAVERA, A. S. Desarrollos y Conflictos en torno al Turismo Rural: Claves y Dilemas desde la Antropología Social. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (orgs.) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 13-50.

WEID, J. M. von der. Qual estratégia para o desenvolvimento rural? In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília, Brasil, 2001. p. 53-70.